



PREFEITURA DO CONGO

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 093/2013.

Em 27 de março de 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA FAMILIAR, BEM COMO UTILIZAR RECURSOS NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO À ATIVIDADE.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONGO, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal do Congo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei institui o Programa Municipal de Desenvolvimento da Aquicultura Familiar.

CAPÍTULO I INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA

Seção I Disposições Gerais

Art. 2º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo do Município do Congo, o Programa Municipal de Desenvolvimento da Aquicultura Familiar destinado a incentivar e apoiar a criação e a produção de animais e plantas aquáticas no território do Município do Congo, mediante a construção de tanques e equipamentos afins que ensejem, em todas as suas formas, o desenvolvimento pleno do programa.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal utilizará, no desenvolvimento do programa os recursos consignados no Orçamento Anual à Secretaria de Agricultura para promover ações de apoio e incentivo à atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques), visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante os projetos específicos.

Art. 3º Os recursos utilizados no desenvolvimento do programa serão ressarcidos ao Município do Congo pelos beneficiários do programa, após o primeiro ciclo de produção, na forma disposta na regulamentação a esta Lei.

Parágrafo único. Os valores a que se refere este artigo retornarão aos cofres públicos e constituirão receitas do fundo especial instituído na forma do CAPÍTULO II a esta Lei, e serão utilizados em benefícios de novos outros beneficiários, dentro da continuidade do programa.

Seção II

Beneficiários do Programa

Art. 4º Os beneficiários do programa deverão ser proprietários, arrendatários, assentados e pescadores profissionais ou pescadores que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais ou explorem a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em parceria com outros pescadores artesanais localizados no Município do Congo.

Art. 5º Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal, nas categorias A, B e V – Agricultura Familiar.

Art. 6º Cada produtor terá direito a áreas construídas iguais, com períodos de horas de máquinas e de equipamentos de propriedade da Prefeitura do Município do Congo, destinados à construção e adequação dos tanques de criação de animais e plantas aquáticas, observado o disposto na regulamentação a esta Lei e nos projetos respectivos.

Art. 7º Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção feita pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável definirá, em ato próprio, quais os proprietários e as famílias que serão beneficiados, e também avaliará se as atividades desenvolvidas nos projetos não causarão danos ao ambiente.

Seção III

Recursos do Programa

Art. 8º Os recursos que custearão o programa serão oriundos dos projetos de desenvolvimento da piscicultura do Município do Congo consignados no Orçamento do Município e de recursos provenientes de convênios e outras avenças firmadas com outros entes da Federação.

Parágrafo Único. O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.

Art. 9º Os recursos utilizados pelo programa deverão ser ressarcidos, no todo ou em parte, ao Município pelos beneficiários, conforme as normas específicas dos programas estaduais ou federais conveniados pelo Município do Congo.

Parágrafo único. Os recursos a serem ressarcidos não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) dos valores aplicados pelo Município, tanto os oriundos de convênios como os recursos próprios do Tesouro Municipal.

Art. 10. Os valores utilizados pelos beneficiários não serão objeto de incidência de juros ou de atualização monetária.



Seção IV

Disposições Gerais

Art. 11. Todos os empreendimentos deverão ser licenciados ambientalmente pelo Município do Congo ou pelo órgão estadual competente, conforme o seu enquadramento.

Art. 12. Como forma de incentivo aos beneficiários do programa, a Prefeitura do Município do Congo oferecerá cursos de capacitação profissional na área da piscicultura.

Parágrafo único. A Prefeitura do Município do Congo poderá conceder incentivo aos beneficiários com a finalidade especial de custear parcialmente as despesas com transporte, cópias de trabalhos, livros, alimentação e afins.

Art. 13. A manutenção do programa é condicionada à existência de recursos consignados especificamente nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução do Programa, ocorrerão por conta das rubricas orçamentária 20 607 0090 2.010 - Programa de Acompanhamento dos Irrigantes e Pescadores Locais e 20 607 0457 1.006 - Construção de Reservatório de Água, Fixadas através da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 90 de 08 de janeiro de 2013.

CAPÍTULO II

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

RURAL SUSTENTÁVEL

Seção Única

Disposições Gerais

Art. 16. Fica criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculado e administrado pela Secretaria de Agricultura, destinado à aplicação de recursos que tenham suas fontes constituídas pelo art. 8º desta Lei, e outros recursos, tendo por objetivo o desenvolvimento econômico e social do Município, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, constituídos de agroindústrias, pequenos produtores rurais, associações rurais e, especialmente, aos beneficiários do programa a que se refere o art. 4º, desta Lei, em consonância com a política de desenvolvimento municipal.

Parágrafo único. A administração do fundo observará as diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Art. 17. Constituem fontes de recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável:

- I - dotações orçamentárias próprias;
- II - recebimento de prestações decorrentes de financiamentos de programas de desenvolvimento rural e de incentivo à agricultura familiar;
- III - recursos financeiros oriundos dos Governos Federal, Estadual e de outros órgãos públicos ou privados, recebidos diretamente ou por meio de convênios;
- IV - recursos financeiros oriundos de organismos internacionais de cooperação, recebidos diretamente ou por meio de convênios;
- V - aporte de capital decorrente de realização de operações de crédito em instituições financeiras oficiais, quando previamente autorizadas em lei específica;
- VI - rendas provenientes de aplicação de seus recursos no mercado de capitais, com retorno exclusivo para os programas de desenvolvimento rural;
- VII - recursos financeiros disponibilizados por linhas de créditos em estabelecimento bancários; e
- VIII - outras receitas que lhe sejam destinadas pelo Município do Congo.



Art. 18. Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável serão aplicados no:

- I - fomento às atividades produtivas das micro e pequenas empresas agroindustriais, visando a geração de empregos e aumento da renda para trabalhadores, produtores rurais, proprietários, arrendatários, assentados e pescadores profissionais ou pescadores que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais

ou explorem a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em parceria com outros pescadores artesanais localizados no Município do Congo;

II - apoio à criação de novos centros de atividades e polos de desenvolvimento do Município, que estimulem a redução das disparidades regionais de renda; e

III - fomento geral da política agrícola de desenvolvimento do Município.

Art. 19. O orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável integrará o Orçamento Anual do Município do Congo, em obediência ao princípio da unidade de orçamento.

Parágrafo único. O Orçamento e a contabilidade do fundo observarão, na sua elaboração e execução, aos padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 20. As despesas decorrentes da execução do Programa ocorrerão por conta das rubricas orçamentária 20 607 0090 2.010 - Programa de Acompanhamento dos Irrigantes e Pescadores Locais e 20 607 0457 1.006 - Construção de Reservatório de Água, Fixadas através da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 90 de 08 de janeiro de 2013.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Seção I

Cláusula de Vigência

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congo, 27 de março de 2013.


ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional